

LÍNGUAS BRASÍLICAS: PODER E IDENTIDADE LINGUÍSTICAS NO BRASIL DO SÉCULO XVI (UM ESTUDO DE HISTÓRIA SOCIAL DA LINGUAGEM)

LÍNGUAS BRASÍLICAS: POWER AND LINGUISTIC IDENTITY IN BRAZIL IN THE 16TH CENTURY (A STUDY OF THE SOCIAL HISTORY OF LANGUAGE)

Maurício Silva
Universidade Nove de Julho
maurisol@gmail.com

“esses falam uma língua-de-água”
Alberto Martins (*Cais*)

RESUMO

No presente artigo analisaremos a questão da identidade e do poder relacionada às línguas faladas no Brasil colônia, empregando para tanto as diretrizes da História Social da Linguagem. Analisaremos, para tanto, textos (relatos, cartas, histórias etc.) produzidos ao longo do século XVI e que se referem especificamente ao contexto do Brasil recém-descoberto.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil colônia, línguas, século XVI, História Social da Linguagem

ABSTRACT

In this article we examine the identity and power related to the languages of Brazil colony, employing the methods of the Social History of Language. The presente article analyzes texts (reports, letters, stories etc.) produced during the sixteenth century, specifically related to the context of the newly discovered Brazil.

KEY WORDS

Brazil colony, languages, sixteenth century, Social History of Language

Introdução

Historicamente, a preparação do Renascimento em Portugal – época determinante para o entendimento dos mecanismos político-culturais que alicerçaram a colonização do Brasil – tem sua origem na Revolução de 1383, indo até a Tomada de Ceuta, em 1415, quando de fato inicia-se o *Renascimento Português* (CARVALHO, 1980). Com o advento do Renascimento na Europa, portanto, instaura-se o longo processo dos descobrimentos ultramarinos, no qual se inscreve o episódio do *descobrimento* do Brasil, inserido no fenômeno mais extenso da descoberta do Novo Mundo pelos europeus e da complexa relação com um *outro* dotado de sentidos, representações e imaginários distintos daqueles que prevaleciam, até então, na Europa (TODOROV, 1988; O’GORMAN, 1992).

Aportados no Brasil, os portugueses implantaram, antes de tudo, um modo de produção assentado na exploração do pau-brasil e da cana de açúcar, num sistema que procurava equacionar monocultura, mão de obra escrava e exportação. Enquanto do ponto de vista político optou-se pela formação das Capitânicas Hereditárias (1534) e pela instalação do Governo Geral (1540), do ponto de vista social, o Brasil conheceu, desde cedo, a estratificação da sociedade em senhores de engenho, intermediários e pequenos comerciantes e escravos. Nesse contexto socioeconômico e político, os jesuítas acabaram atuando como catalisador das forças dispersas pelas províncias, colocando-se à frente do processo de catequização e escolarização dos habitantes da nova colônia portuguesa. Com os jesuítas, portanto, desloca-se para o continente americano todo um sistema sociocultural europeu que, incrustado na nova realidade aqui encontrada, acabaria por provocar tensões profundas, resultando, nas palavras de um dos grandes estudiosos do assunto, num natural *desterro* do homem brasileiro (HOLANDA, 1976).

Evidentemente, a realidade aqui descrita teve repercussões diversas nos mais variados âmbitos da estrutura social implantada na colônia, bem como no próprio modo de os europeus lidarem com a realidade novel, incidindo até mesmo - quando não, em especial - nas questões de natureza linguística, fundamentais para o “sucesso” do projeto colonizador e determinante para a construção da nação “independente” que, três séculos depois, seria aqui fundada.

Nesse sentido, nosso objetivo neste artigo não é fazer um estudo *linguístico* propriamente dito do território brasileiro do século XVI, com análises fonético-fonológicas, morfológicas e sintáticas dos idiomas falados nesse contexto; tampouco procuramos fazer aqui, num sentido lato, um estudo *sociolinguístico*, com abordagens dedicadas à análise de variação e mudança linguísticas ou de

situações relacionadas, por exemplo, ao bilinguismo aqui presente, aos empréstimos lexicais ou aos contatos entre idiomas distintos. Nosso objetivo, na verdade, vincula-se antes a um recorte metodológico tributário da *história social da linguagem*, em que são analisadas desde as relações de poder representadas nos discursos até os efeitos simbólicos que determinados usos idiomáticos apresentam, passando, por exemplo, pela constituição de comunidades linguísticas e/ou pelos embates que se dão num âmbito mais geral do universo languageiro.

Considerando, portanto, que não é possível dissociar – num entendimento amplo – a língua da constituição e das injunções históricas na qual se insere e com a qual necessariamente se relaciona, buscamos observar, basicamente, como se dão – no contexto do século XVI brasileiro – as relações entre *língua e poder* e entre *língua e identidade*, duas das mais produtivas dicotomias situadas nos domínios da história social da linguagem.

Embora, como acabamos de salientar, tal estudo assenta-se, fundamentalmente, nos pressupostos teórico-metodológicos da história social da linguagem, não podemos prescindir da colaboração de outras áreas do conhecimento humano, em especial algumas das quais vinculam-se, direta ou indiretamente, aos estudos da linguagem propriamente ditos. É o caso, por exemplo, da *análise do discurso crítica*, pela própria proximidade - tal como ocorre com o história social da linguagem - das categorias de língua e de sociedade, pressuposta nas abordagens feitas por esse âmbito dos estudos linguísticos. Nesse sentido, não nos custa lembrar que, para a análise do discurso crítica como, numa perspectiva semelhante, para a história social da linguagem,

entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 26).

De qualquer maneira, outros campos de estudo - no âmbito mais geral da abordagem linguística e mais específico de sua vinculação com a história colonial do Brasil - interessam-nos aqui direta ou indiretamente, como chamada *linguística missionária* (FREIRE & ROSA, 2003) ou a própria *análise do discurso* (ORLANDI, 1990).

No que compete, contudo, à história social da linguagem, a quem o presente artigo deve sua principal fundamentação metodológica, pode-se dizer que é na produção intelectual de Peter Burke que encontramos alguns de seus principais pressupostos teóricos. Com efeito, para o historiador inglês, a preocupação com os estudos da linguagem, como se sabe, não é nova: existe, no mundo ocidental, desde os romanos (e mesmo antes deles), passando pelos séculos XVI e XVII (com o estudo das línguas vernáculas), até chegar ao século XIX (com, por exemplo, os neogramáticos e suas teorias da evolução linguística). Apesar disso, tais abordagens - ressalta do autor - sempre careceram de uma “dimensão social completa” (BURKE, 1995, p. 11), já que, em sua maioria, os estudiosos preocupavam-se ora com a evolução da língua, ora com sua estrutura interna, mas quase nunca com sua *história externa*, isto é, com a “história de seu uso” (BURKE, 1995, p. 11), uma preocupação que começa a ganhar mais espaço com a sociolinguística a partir de meados do século XX. Daí advém o fato de Peter Burke afirmar que, nos últimos anos, desenvolveu-se uma área de pesquisa relativamente nova, a que denomina *história social da linguagem*, área que, em suas palavras, denota a consciência da importância da linguagem na vida cotidiana. A necessidade dos estudos da linguagem, nesse contexto, dar-se-ia principalmente por dois motivos: pela importância de se analisar a linguagem como instituição social, como parte da cultura e da vida cotidiana; e por ser possível, por meio do estudo da linguagem (sobretudo das convenções linguísticas), compreender melhor as fontes históricas orais e escritas (BURKE, 1995). Para o autor, ainda, há que se buscar uma nova abordagem nos estudos da linguagem, mais sociológica e concreta, que poderia ser resumida como “uma tentativa de acrescentar uma dimensão social à história da linguagem e uma dimensão histórica à obra de sociolinguistas e etnógrafos da fala” (BURKE, 1995, p. 17). Nesse sentido, destaca-se a importância da fala e da escrita no passado, com as mudanças dos atos comunicativos e suas influências em grupos sociais. Seguindo, assim, a trilha dos sociolinguistas, mas sem com eles se confundirem, os historiadores deveriam partir do pressuposto de que as formas de comunicação não são neutras, trazendo consigo suas próprias mensagens (BURKE, 1995). A partir desses pressupostos, cabe aos historiadores, por exemplo, explicar como e por que algumas variedades linguísticas difundiram-se por longo tempo, em detrimento de outras; analisar as línguas de contato, isto é, a atuação da língua para além das linhas de diferenciação social; observar quem, em determinada época e contexto, usava da escrita para se comunicar e quem era seu interlocutor etc., abordagens que, de certo modo, estão no escopo deste nosso trabalho, salvaguardadas as devidas proporções. Enfim, registra o historiador inglês, “seja qual for a forma que escolherem para descrever o problema,

é evidente que os historiadores sociais precisam pensar seriamente a respeito do papel ativo da língua na criação da realidade social em mudança que estudam” (BURKE, 1995, p. 43).

Nem tudo é pacífico - já se vê - na elaboração/exposição dos princípios teórico-metodológicos propostos pela história social da linguagem, uma vez que - em certos aspectos - ela parece aproximar-se “perigosamente” da própria sociolinguística (sobretudo ao lançar mão de alguns de seus conceitos mais caros, como o de variação linguística); nesse sentido, de certo modo, a história social da linguagem parece privilegiar as variações sociais diacronicamente estabelecidas e verificadas, já que, ainda segundo Peter Burke, ela revela especial preocupação “com a fala e também com a comunicação escrita no passado” (BURKE, 1995, p. 17).

De qualquer maneira, mesmo considerando a possibilidade de se pensar numa *sociolinguística diacrônica*, ambas as áreas de investigação linguística (história social da linguagem e sociolinguística) mantêm certa autonomia, até onde a separação entre abordagens tão próximas permite. É que, no final das contas, o historiador social da linguagem parece promover uma espécie de inversão de sentidos, no trabalho de aproximação/relacionamento entre linguagem e história: ao invés de pensar no quanto determinadas configurações sociais incidem sobre a língua, a ponto, por exemplo, de alterá-la, opta por discutir a “função da língua na expressão ou construção de uma variedade de relacionamentos sociais” (BURKE, 2010, p. 19). Assim, considerando que “a linguagem é sempre um indicador sensível – embora não um simples reflexo – da mudança cultural” (BURKE, 2010, p. 17), Peter Burke, como seus estudos acerca da história social da linguagem, propõe-se, em vários momentos, realizar uma espécie de “mapeamento de atitudes em relação à língua, ou de mudanças de atitude, reveladas em lugares-comuns ou em ideias que aos poucos foram se tornando corriqueiras n[uma determinada] época” (BURKE, 2010, p. 31).

Essa é, em última instância, sua atitude ao inserir a história social da linguagem num campo mais largo de atuação do historiador - justamente na chamada História Social, que não prescinde, por exemplo, da “preocupação com o simbólico e suas interpretações” (BURKE, 2005, p. 10), apresentando, assim, significativas possibilidades de abordagens e perspectivas (BURKE, 2000), sobretudo se se considerar a linguagem dentro de uma concepção mais larga da cultura, em especial na atualidade, em que estaríamos vivendo numa *nova ordem cultural global* (BURKE, 2003).

É, portanto, nesse percurso que parte das injunções linguísticas para entender os fatos históricos que a história social da linguagem encontra sua principal

justificativa, mas é também o modo como se aproxima e se inter-relaciona com o próprio campo dos estudos linguísticos, neste trabalho representado, em especial - como aludimos antes -, pela análise do discurso, não por mero acaso um campo igualmente fértil de investigação histórica, na medida em que, ao ressaltar o fato de que a língua deve ser tomada como sistema significante em sua relação com a história, resultando na formação da ideologia, a análise do discurso, reconhece tacitamente que “para que a língua signifique há [...] necessidade da história” (ORLANDI, 1996, p. 28).

Poder e identidade linguísticas no Brasil do século XVI

O que dizem as *narrativas* produzidas no Brasil do século XVI acerca do intercuro linguístico? Considerando os pressupostos da história social da linguagem, como elas contribuem para uma melhor compreensão do processo de colonização do Novo Mundo?

Há, de início, vários elementos implicados nessas perguntas, alguns dos quais serão aqui analisados, mas que, a rigor, para que pudessem ser melhor contemplados, necessitariam de um estudo mais abrangente. A princípio, trata-se de questionamentos que pressupõem, de imediato, pelo menos um tema central: a *carência de diálogo* entre línguas distintas (línguas nativas *versus* línguas europeias), com evidentes implicações culturais (cultura americana *versus* cultura europeia). São, na verdade, desdobramentos que envolvem: a) uma questão de *tradução* (L1 – L2); b) uma questão de *construção de significados* (L1 – L1); c) uma questão *discursiva* (língua e cultura – língua como cultura). Tais desdobramentos imediatos não apenas resultam dos questionamentos anteriores, como também admitem outros questionamentos/desdobramentos, numa inesgotável série de possibilidades de relacionamentos interlinguísticos e interculturais.

Um exemplo da fecundidade desse tema é a consideração dos instrumentos linguísticos utilizados na colônia para a aprendizagem/difusão tanto das línguas nativas quanto das europeias (em especial, no caso do Brasil, o latim e o português). Com efeito, no que compete à utilização de instrumentos linguísticos e pedagógicos diversos no Brasil colônia (dicionários, gramáticas, cartilhas etc), pode-se dizer que o século XVI foi pródigo em obras que, mais uma vez, seriam aqui produzidas e/ou utilizadas com o intuito de dar sustentação prática ao empreendimento jesuítico. Assim, a produção de obras gramaticais de cunho pedagógico e normativo, escritas e utilizadas pelos próprios missionários, constituiu o primeiro esforço no sentido de viabilizar seu projeto de catequese, com

a *Arte da Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta; a *Arte da Língua Brasílica* (1621), de Luís Figueira; a *Arte de Língua de Angola oferecida a Virgem Senhora N. do Rosário* (1697), de Pedro Dias; ou a *Arte de Gramática da Língua Brasílica da Nação Kiriri* (1877), de Luís Vincencio Mamiani, todas elas escritas ao longo do século XVI. São, em resumo, as célebres *artes de gramática*, responsáveis pelo início do processo de gramatização brasileiro, por meio das quais os jesuítas buscavam normatizar o que consideravam as *línguas difíceis* da colônia (BATISTA, 2002).

Outro exemplo da fecundidade da relação língua/história aqui aludida é a ocorrência de um processo de emulação entre idiomas na colônia do século XVI, resultado, entre outras coisas, do conhecido multilinguismo que aqui imperava (SCHLIEBEN-LANGE, 1993). De fato, a presença de idiomas diversos (indígenas, europeus, africanos) na colônia portuguesa provocaria um continuado conflito interlinguístico que, posteriormente, resultaria na construção de um registro nacional da língua portuguesa. Assim, o multilinguismo, presente durante todo o período colonial brasileiro e mesmo posteriormente, acabaria condicionando, inclusive, a atuação linguística dos próprios jesuítas, cujo projeto educacional se voltaria, entre outras coisas, para a instituição de uma língua franca na colônia, fosse ela o tupi jesuítico (NOLL & DIETRICH, 2010), fosse ela o português, este último ensinado nos colégios missionários com finalidades diversas, como a expansão do idioma no Novo Mundo, a divulgação da cultura humanista, a prática da catequese etc. Como complemento a essa multiplicidade linguística, a questão idiomática vinculada à realidade do multilinguismo passava ainda por uma prática tradutória, pois desde os primeiros anos de colonização os portugueses precisaram se servir de tradutores (os *línguas*), a fim de estabelecer comunicação com os nativos e com os africanos escravizados (WYLER, 2003). Assim, de modo geral, a população indígena/africana torna-se parte de um projeto que vê no discurso linguístico a base para as práticas de conversão e domínio, e é exatamente nesse contexto que os missionários da Companhia de Jesus colocam em funcionamento sua política linguística (NUNES, 2006).

As *narrativas* que aqui se produziram não ficaram alheias a toda essa complexidade; ao contrário, registram, com maior ou menor fidelidade, o amplo embate interlinguístico de que o Brasil foi palco, servindo, nesse sentido, como documento privilegiado para a construção de uma história social da linguagem no século XVI.

Um primeiro fato a ser apontado nesse contexto é, justamente, o que identificamos como sendo um processo de emulação linguística, resultado do

multilinguismo largamente presente no Brasil colônia. Em seu precioso relato sobre sua experiência entre os índios tupinambás na costa brasileira - *Duas viagens ao Brasil*, de 1557 -, Hans Staden¹ identifica não apenas a ocorrência de uma questão linguística relacionada à interface língua nativa *versus* língua europeia, mas também à interface língua europeia *versus* língua europeia, corroborando a já citada complexidade que os intercursos linguísticos adquiriam no Brasil do século XVI. Por isso, embora se deparasse com o problema de incompreensão da língua nativa - “mais tarde disseram-me os irmãos: ‘as mulheres agora te conduzirão ao poracé’. Eu ainda não entendia essa palavra então. Significava dança e divertimento” (STADEN, 1974, p. 89) -, foi em relação ao francês, língua europeia, que o famoso viajante se viu em situação de maior apuro: colocado diante de um francês e sem conseguirem entender um ao outro (“ele falou-me em francês e não pude entendê-lo”, p. 95), Hans Staden foi confundido com um português, inimigo dos tupinambás, tendo, assim, sua morte decretada... por uma questão idiomática!

Embora a *língua dos selvagens* fosse, de fato, a língua franca em todo o litoral brasileiro, a situação mais comum era, da parte dos europeus, a de multilinguismo, motivo pelo qual, nos relatos de viagens e outros similares, a prática da tradução revela-se extremamente comum, com explicações de significados que, às vezes, envolviam vários idiomas: “Vem neste mês, como já se narrou, do mar para as correntes de água doce, para aí desovar, uma espécie de peixes. Em português, chamam-nos tainhas; em espanhol, lisas e na língua dos nativos, piratís” (STADEN, 1974, p. 125). É o triunfo do multilinguismo...

Há, nesse contexto, uma luta surda entre idiomas, no cerne da qual quem domina mais línguas detém maior poder. Tramas, desconfianças, armadilhas, tudo conta nesse universo multilíngue, onde cada palavra pode representar tanto a sobrevivência quanto a morte, tanto a salvação quanto a perdição. É nesse contexto, por exemplo, que Hans Staden, prisioneiro dos tupinambás, arrisca sua própria vida, ao denunciar a um conhecido o plano de ataque dos nativos à região de Bertioga: embora os índios temessem que ele contasse seus planos aos portugueses, autorizaram o contato com o antigo companheiro (de quem Staden se dissera irmão) sob a garantia de que “os portugueses não entend[iam] a língua minha e de meu irmão” (STADEN, 1974, p. 117).

1 Natural de Homburg, na Prússia, Hans Staden (1525-1579) empreende duas viagens para o Brasil: primeiro, em navio português, para Pernambuco (1548); depois, em navio espanhol, para o Rio do Prata (1550). Nesta última viagem, sofre um naufrágio, ficando em poder dos tupinambás por nove meses. Ao retornar para sua terra natal, publica seu relato, dividido em dois livros, em 1557.

Entender a língua do outro passa a ser, no contexto citado, fundamental para que os laços de solidariedade sejam estabelecidos; mas também para que as estratégias de sobrevivência e de aquisição de poder possam ser exitosas. Afinal de contas, não se tratava apenas de uma questão de tradução entre as línguas europeias, por um lado, e entre as línguas nativas e europeias, por outro, mas também de tradução entre as próprias *línguas dos nativos*, uma vez que a diversidade idiomática era ainda mais flagrante entre a *gente bestial*. É o que afirma, por exemplo, Pero de Magalhães Gandavo², em seu *Tratado da Terra do Brasil* (circa 1570), ao lembrar, acerca dos aimorés, que “a lingoa delles he diferente dos outros índios, ninguem os entende” (GANDAVO, 1980, p. 34). Essa informação é confirmada em seu outro livro, *História da Província de Santa Cruz* (1576), em que a mesma tribo indígena é descrita como possuidora de uma língua que não tem “nenhuma semelhança nem parentesco” (GANDAVO, 1980, p. 140) com as línguas das demais tribos da colônia.

Línguas distintas representam, no limite, culturas distintas, algo que os europeus deviam ter sempre em mente ao estabelecer contato com os indígenas do Novo Mundo. Mas mais importante do que isso, talvez fosse a consciência de que é também pela linguagem que se domina o “inimigo”, bem como é por meio dela que se chega ou não à “razão” hegemônica. Os mesmos tupinambás que, na narrativa de Hans Staden, viam-se às voltas com um universo multifacetado de idiomas, ressurgem, no *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa³, como uma tribo cuja compreensão do mundo europeu dependia fundamentalmente da compreensão da língua do outro. Por isso, lembra Francisco Ferreira Lima, pela linguagem “falha” de que se utilizam, os tupinambás viam-se impedidos de “aceder às grandes verdades do Império, uma vez que estas são, antes de qualquer coisa, construção de linguagem” (LIMA, 2009, p. 91). Obra rica em informações sobre a questão linguística na colônia, o *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa reafirma ainda a posição de Gandavo acerca dos aimorés, arriscando, inclusive, uma explicação para a singularidade

2 Natural de Braga, Pero de Magalhães Gandavo (c. 1540 - c. 1580) foi professor, cronista e secretário na Torre do Tombo. Da experiência que teve no Brasil, onde viveu possivelmente entre 1558 e 1572, resultaram dois livros de sua autoria: *Tratado da Terra do Brasil* (c. 1570), publicado somente em 1826, e *História da Província de Santa Cruz* (1576).

3 Gabriel Soares de Souza (1540-1591), abastado comerciante português, chega ao Brasil em 1570, tornando-se senhor de engenho na Bahia, onde permaneceria por 17 anos. Escreve, em 1587, seu *Tratado Descritivo do Brasil*, mas a obra só é publicada em 1825, pela Academia de Lisboa.

idiomática ali detectada: tendo se originado dos tapuias, deles teriam se afastado e, vivendo em isolamento, “vieram a perder a linguagem e fizeram outra nova que se não entende de nenhuma outra nação do gentio de todo este Estado do Brasil” (SOUSA, 1971, p. 78). Entender ou não a linguagem dos outros *gentios* não era privilégio dos aimorés ou dos tapuias, já que o mesmo Gabriel Soares de Sousa, ao tratar dos guaianases - tribo que habitava do sul do Rio de Janeiro até a altura de Cananéia - lembra que “a linguagem deste gentio é diferente da de seus vizinhos, mas entendem-se com os carijós” (SOUSA, 1971, p. 115).

Tais considerações nos remetem, fatalmente, de volta à questão da tradução, já aludida por Staden e Gandavo. Talvez nenhum outro cronista do século XVI tenha tratado tanto do assunto como o jesuíta Fernão Cardim.⁴ Com efeito, em seus célebres *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (circa 1580), Fernão Cardim não hesita em buscar traduções aproximadas de nomes provenientes do que chama de *língua brasílica*, bem como versões de termos portugueses para os dos idiomas nativos. Comumente, contudo, opta por apresentar ao leitor duas versões de um mesmo termo, apresentando-o em português e na língua nativa: “*Guigratéotéo* - Esta ave se chama em português Tinhosa, - chama-se [na língua brasílica] *Guigratéotéo*, sc [*scilicet*], passaro que tem accidentes de morte, e que morre e torna a viver...” (CARDIM, 1980, p. 53). Fazendo referência às *linguas difficultosas* que predominavam em todo o território colonial, Fernão Cardim afirma, ainda, que a única maneira de solucionar o problema da comunicação é lançar mão de alguns cristãos aqui nascidos, que, tendo aprendido a língua dos nativos - em especial “a língua dos do mar”, que, segundo o famoso jesuíta, compreendia cerca de dez nações indígenas da costa brasileira -, servem de intérpretes aos portugueses. São, esses intérpretes, os mesmos que Pero Lopes de Sousa⁵ chama, reiteradamente, de *lingoa da terra* ou simplesmente *lingoa* (SOUSA, 2001).

4 Natural de Viana do Alentejo, vila portuguesa do distrito de Évora, Fernão Cardim (1549-1625) tornou-se jesuíta aos 17 anos, vindo para o Brasil em 1583. Agrupados sob o título de *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, reúnem-se num mesmo volume três manuscritos de sua autoria: *Do clima e terra do Brasil*, publicado em português em 1885, por Capistrano de Abreu; *Do princípio e origem dos índios do Brasil*, publicado em português em 1881, por Capistrano de Abreu (ambos foram, em 1623, publicados em inglês por Samuel Purchas); e *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, publicado em 1897, por Francisco Adolfo de Varnhagen.

5 Pero Lopes de Sousa (1497-1539), navegador português, natural de Lisboa, era irmão de Martim Afonso de Sousa (fundador de São Vicente, a primeira vila do Brasil) e foi donatário de capitania no Brasil, onde ficou por apenas dois anos (1530-1532). Autor do famoso *Diário de Navegação* (1530), que relata, entre outras coisas, as ações do irmão na colônia.

A história da colonização do Brasil passa, assim, por atitudes que vão das práticas tradutórias aos conflitos interidiomáticos, do uso de instrumentos linguísticos (dicionários, gramáticas, cartilhas) a estratégias de aprendizagem da língua do *outro*, da adoção do multilinguismo à negação/construção de significados em sua relação com determinados significantes. Enfim, dentro dos princípios propostos pela história social da linguagem, não se pode desvincular o processo de implantação do sistema colonial no Novo Mundo das injunções do contexto linguístico aqui verificado. A questão da negação/construção de significados, por exemplo, é uma das mais interessantes que se podem estudar: tendo, em muitos casos, tomado conhecimento pela primeira vez de determinado fato, objeto, ente ou elemento natural, os portugueses acharam-se diante do inusitado desafio de descrever aquilo que viam, sem contudo ter como recurso mais do que seu próprio idioma, que, no entanto, não se mostrava “suficiente” ou “adequado” para uma construção semântica mais precisa. Nessa caso, o recurso mais comumente utilizado era lançarem mão dos efeitos de comparação, tendo quase sempre como referência o universo europeu. Recurso presente em muitos cronistas da época, especialmente em Fernão Cardim, que dele lança mão à exaustão, surge, contudo, já no primeiro relato feito pelos portugueses nas novas terras descobertas na América: a *Carta* de Pero Vaz de Caminha⁶, que, além de tudo, simboliza o processo de implantação da cultura europeia em território nacional. Com efeito, tal processo inicia-se, por assim dizer, com os pressupostos discursivos presente na *Carta* de Caminha, uma vez que se trata de um documento que não apenas registra o primeiro contato entre europeus e americanos em terras brasileiras, mas, mais do que isso, o primeiro *intercurso comunicacional* com vista à implantação no Novo Mundo de uma política linguística cujo resultado seria, como se sabe, a supressão dos falares nativos em benefício da língua portuguesa. Daí se poder afirmar, inclusive, que tanto propósitos explícitos – como informação sobre a terra e o homem nativos – quanto propósitos implícitos – como o mercantilismo e a conversão cristã –, pilares do empreendimento português ultramarino, já estarem, de antemão,

6 Nascido na cidade do Porto, Pero Vaz de Caminha (1450-1500) foi escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, estando ligado à corte e desempenhando cargos administrativos junto aos monarcas portugueses. Notabilizou-se como funcionário da Casa da Moeda e, na condição de escrivão da esquadra responsável pelo “descobrimento” do Brasil, como o autor do primeiro documento que registra do contato dos portugueses com o Novo Mundo, a célebre *Carta*, escrita a D. Manuel I e publicada em 1817 por Aires de Casal.

inscritos no plano discursivo da *Carta*. De fato, o texto de Caminha pode ser considerado – numa perspectiva mais reduzida dos estudos da linguagem – um típico exemplar da *linguística missionária*; e, numa visada mais ampla, um documento que retrata, de modo complexo e variado, as relações discursivas entre duas culturas, duas “civilizações”. Discurso hesitante, até certo ponto indefinido, sem nascer de uma deliberada *reflexão* linguística – mas podendo, sim, ser analisado sob a perspectiva da metalinguagem –, a *Carta* afirma-se como uma singular experiência de *contato linguístico* que, segundo Swiggers, tende a nascer num contexto beligerante (SWIGGERS, 1997).

Assim, comparando os nativos a *alimárias monteses*, determinadas plantas às encontradas na região de Entre Douro e Minho, algumas aves às de Portugal etc., Caminha cria um discurso que, ao representar um *olhar europeu*, colabora substantivamente para a construção de um singular imaginário acerca dessa *gente que ninguém entende*, imaginário que perdurará por muito tempo em toda o mundo “civilizado”.

Outro aspecto de natureza linguística relevante para história da colonização do continente americano diz respeito ao *diálogo* (ou à falta dele) entre nativos e europeus ao longo do século XVI. De fato, trata-se de um fenômeno marcado, antes de tudo, pela contradição que se pode flagrar na tessitura do texto entre o *dizer* e o *não dizer* - e, por extensão, entre o *compreender* e o *não compreender* -, constituindo-se num importante fato para a apropriação do intercurso comunicacional entre dois mundos que se encontram: de um lado, as afirmações de que os nativos vinham *dar novas* da existência de pedras preciosas em determinada região, *diz[endo]* que dessas havia muitas por ali (Gandavo); de outro lado, as afirmações - por parte de um certo Piloto Anônimo,⁷ em sua *Relação* (1500) - de que os mesmos nativos falavam uma língua que ninguém compreendia, “nem à fala nem por sinais” (ANÔNIMO, 1999, p. 75). Semelhante contradição talvez denote mais uma dificuldade do que uma total ausência de diálogo, instituindo-se, antes, um *quase diálogo*: de fato, não é outra a ideia que nos passa João Faras,⁸ ao relatar, em *Carta* datada de 1500, que os portugueses “quase entende[ram]” (FARAS, 1999, p. 68) os nativos da nova terra.

7 Segundo o historiador William B. Greenlee, trata-se de João de Sá, outro escrivão da armada de Caminha, tendo escrito sua *Relação do Piloto Anônimo* em 1500.

8 João Faras (também conhecido como Mestre João Faras), de origem espanhola, foi médico e astrônomo de relevo, tendo vindo para o Brasil na esquadra de Pedro Álvares Cabral, em 1500. Como a de Caminha, sua *Carta* também foi endereçada ao rei D. Manuel I, relatando a descoberta do Novo Mundo. Foi, ainda, o responsável por descrever, pela primeira vez, a constelação do Cruzeiro do Sul, em terras brasileiras.

Mas é em Caminha, mais uma vez, que essa questão parece estar melhor representada, onde a carência do diálogo surge em toda sua simbólica magnitude. Em sua *Carta*, com efeito, temos a representação máxima da carência de diálogo entre nativos e colonizadores, numa “interação” discursiva que passa antes pelo gesto do que pelo verbo, antes pela intencionalidade de comunicação do que pela comunicação efetiva, antes pelo *querer dizer* do que propriamente pelo dizer. Assim, os nativos descritos por Caminha em seu celebrado texto expressam-se ora por meio de atitudes interpretadas pelos europeus como ações volitivas (“como que nos querendo dizer”, CAMINHA, 1999, p. 36), ora por meio de gestos tomados como substituto da palavra (“como quem diz”, CAMINHA, 1999, p. 37), ora ainda por meio do silêncio, não reconhecido, contudo, com uma atitude significativa em si mesmo, já que só adquire sentido - aos olhos dos portugueses - num contexto em que o não falar serve de ensejo para o falar posterior (“não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão”, CAMINHA, 1999, p. 36). Tomados assim como *gente que ninguém entende*, pelo olhar tendencioso do escrivão da armada, tais nativos americanos só podiam mesmo ser tomados, num deliberado ato de manipulação do intercurso discursivo, por gente dotada de uma *barbaria tamanha*, por causa da qual seu potencial interlocutor “não entendia nem ouvia ninguém” (CAMINHA, 1999, p. 40).

Considerações Finais

Em seu precioso relato, Gandavo afirma que “não se pode numerar nem compreender a multidão de bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil” (GANDAVO, 1980, p. 52), indicando, quantitativamente, a complexidade da questão linguística no território brasileiro; tal diagnóstico é confirmado pelo testemunho de Cardim, ao afirmar que “em toda esta provincia ha muitas e varias nações de diferentes linguas (CARDIM, 1980, p. 101). Diante de tamanha complexidade não se podia prescindir, por exemplo, do fator educação, elemento mediador do processo de colonização aqui levado à cabo e estrategicamente vinculado às questões que, direta ou indiretamente, se ligavam ao “problema” idiomático aqui encontrado pelos europeus logo de início.

Sabe-se, por exemplo, que o ensino esteve, até pelo menos o século XVIII, nas mãos dos jesuítas, os quais – desde a fundação da Companhia de Jesus, em 1534 – assentaram sua missão evangelizadora no *ensino*, instituindo a *Ratio Studiorum* (diretrizes pedagógicas jesuíticas), segundo a qual se concebia a

educação a partir de três áreas do conhecimento humano: Letras, Filosofia e Teologia. Em 1549, com a chegada dos jesuítas ao Brasil, fundam-se colégios ao longo de todo o litoral (o primeiro dos quais, denominado Colégio da Bahia e, posteriormente, Colégio dos Meninos de Jesus, fundado em 1551, agrupava cerca de 70 alunos), no intuito de organizar um sistema educacional que dividia o aprendizado em três etapas: o ensino primário, correspondente às escolas de primeiras letras e voltado especialmente para mamelucos e nativos; o ensino médio, destinado aos meninos brancos; e o ensino superior, particularmente voltado aos clérigos e alguns outros privilegiados da colônia.

Há que se ressaltar que a prática pedagógica dos jesuítas encontrava-se, já nessa época, visceralmente relacionada a dois modos de atuação política independentes, mas complementares. O primeiro, era o processo de catequização a que o ensino estava vinculado, resultando na difusão dos dogmas cristãos e das práticas religiosas, seja por meio de autos e poemas, seja por meio de cânticos e sermões. Já na gênese desse processo, encontram-se distinções que marcariam toda a política educacional e de evangelização dos jesuítas, como a separação entre a *instrução*, oferecida aos filhos de colonos, que, no futuro, formariam a elite dominante da colônia; e a *pregação*, voltada para os filhos dos colonizados, que formariam, posteriormente, a mão de obra colonial. É por isso que, nas palavras de José Antônio Tobias, embora de concepção humanista, a pedagogia jesuítica valorizava o homem a partir de seu potencial religioso e vinculava-se a um rígido ideário que se assentava na consagração da fé e na salvação da alma (TOBIAS, 1972); tal idéia é complementada por Sílvia Olinda, para quem a política educativa dos jesuítas tinha como intenção não apenas a propagação da fé, mas também a manutenção da obediência aos preceitos cristãos (OLINDA, 2003).

Enquanto esse primeiro modo de atuação dos jesuítas associava-se ao poder eclesiástico, o segundo vincula-se pragmaticamente ao poder secular, representado pela Coroa Portuguesa e seus emissários legais: trata-se, em poucas palavras, da utilização do projeto pedagógico dos jesuítas para fins de dominação e obtenção de lucro, uma vez que, como explica Maria Luísa Ribeiro, isso já estava evidente no Regimento outorgado por D. João III em 1548, que, ao criar o Governo Geral para o Brasil, faz alusão à necessidade de conversão dos indígenas ao catolicismo pela instrução, inscrevendo ideologicamente a ação dos religiosos na política colonizadora de Portugal (RIBEIRO, 1985; FÁVERO, 2000).

Particularmente no que se refere àquele aspecto que mais nos interessa aqui, a questão linguística no Brasil Colônia, a instrução jesuítica desempe-

nhou, incontestavelmente, papel de relevo, já que, inserindo sua pedagogia de base humanista, filosófica e teológica no Brasil, os jesuítas sentiram-se imediatamente obrigados a adaptá-la à nova realidade que se lhes apresentava, incluindo em seu currículo escolar, ao lado do ensino do tupi-guarani, o ensino do português, da religião, do canto orfeônico e outras disciplinas, embora o ensino do português fosse secundário diante das línguas nativas e do próprio latim. De qualquer maneira, conclui Nancy Casagrande, a pedagogia jesuítica visava, entre outras coisas, a “domesticação da língua indígena”, muito em função da implantação e consolidação da língua portuguesa no Brasil colonial (CASAGRANDE, 2005).

Desse modo, não é difícil perceber os inquebrantáveis vínculos entre a política educacional dos jesuítas e a manutenção de uma ideologia de dominação do território colonial, sobretudo por intermédio de uma cristianização que via na multiplicidade de línguas aqui presente um fator de desestabilização tanto do poder eclesiástico quanto do poder régio. Portanto, sistematizar e difundir a língua geral de base tupi entre os nativos e os portugueses que aqui viviam passa a fazer parte de um complexo processo de monopólio dos dogmas, dos símbolos e das representações imaginárias, processo que não dispensa, numa etapa posterior, a implementação do português como idioma dotado de razão e emoção suficientemente abrangentes para que se consolidasse aqui um amplo projeto de dominação e apropriação territorial, o que confere ao discurso jesuítico – como já se ressaltou uma vez – alto teor ideológico: “o discurso jesuítico quinhentista no Brasil é ideológico porque autocentrado; é um saber que escolheu centros, sujeitos e objetos que se erigem a si mesmos como corretos e adequados e não admitem questionamentos” (FLORES, 2003, p. 88).

Trata-se, sem dúvida alguma, de uma estratégia que serviu como um dos pilares do processo de colonização do Brasil e sem a qual seguramente essa tarefa não teria sido realizada a contento.

Referências

- ANÔNIMO. Relação do Piloto Anônimo. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org., intr., com., not. bib.) *Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *As línguas difíceis e os línguas peritos. Artes de Gramática no Brasil Colonial dos Séculos XVI e XVII*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- BURKE, Peter. *A Arte da Conversação*. São Paulo, Unesp, 1995.
- BURKE, Peter. *Variiedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- _____. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. *Linguagens e Comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Unesp, 2010.
- BURKE, Peter e PORTER, Roy. *História Social da Linguagem*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CAMINHA, Pero Vaz de. Carta. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org., intr., com., not. bib.) *Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1980.
- CARVALHO, Joaquim Barradas. *O Renascimento Português (Em Busca de sua Especificidade)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980.
- CASAGRANDE, Nancy dos Santos. *A Implantação da Língua Portuguesa no Brasil do Século XVI. Um Panorama Historiográfico*. São Paulo: EDUC, 2005.
- FARAS, Mestre João. Carta. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org., intr., com., not. bib.) *Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- FLORES, Luiz Felipe B. Neves. O altar e a coroa iluminada: a educação de colonos e colonizados. In: MAGALDI, Ana M., ALVES, Cláudia, GONDRA, José G. (orgs). *Educação no Brasil. História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: Edusf, 2003, p. 73-97.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Heranças – A Educação no Brasil Colônia. *Revista da Anpoll*. São Paulo, No. 08, Jan.-Jun. 2000, p. 87-102.
- FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria Carlota. *Línguas Gerais. Políticas Linguísticas e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil. História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1980.
- LIMA, Francisco Ferreira. *O Brasil de Gabriel Soares de Sousa & Outras Viagens*. Rio de Janeiro / Feira de Santana: 7Letras / UEFS, 2009.
- NOLL, Volker & DIETRICH, Wolf (orgs.). *O Português e o Tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.
- NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil. Análise e História do Século XVI*

- ao XIX. Campinas: Pontes, 2006.
- O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América. Reflexão a Respeito da Estrutura Histórica do Novo Mundo e do Sentido do seu Devir*. São Paulo: Unesp, 1992.
- OLINDA, Sílvia R. M. A educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. *Sitientibus. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana*, Feira de Santana, No. 29, Jul./Dez. 2003, p. 153-162.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à Vista. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1990.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Exterioridade e Ideologia. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, No. 30: 27-33, Jan./Jun. 1996.
- RESENDE, Viviane de Melo & RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da Educação Brasileira. A Organização Escolar*. São Paulo: Autores Associados, 1985.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. O multilingüismo como tema da lingüística na Península Ibérica no século XVI. *História do Falar e História da Lingüística*. São Paulo, Unicamp, 1993, p. 201-216.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Edusp, 1971.
- SOUZA, Pero Lopes de. Diário de Navegação. In: GUIRADO, Maria Cecília. *Relatos do Descobrimento do Brasil. As Primeiras Reportagens*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- SWIGGERS, Pierre. *Histoire de la Pensée Linguistique. Analyse du Langage et Réflexion Linguistique dans la Culture Occidentale, de l'Antiquité au XIXe. Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- TOBIAS, José Antônio. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Juriscredi, 1972.
- TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América. A Questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- WYLER, Lia. *Línguas, Poetas e Bacharéis. Uma Crônica da Tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

Recebido em 2 de fevereiro de 2015

Aceito em 15 de abril de 2015.